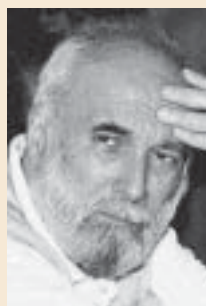


Corecon-RJ lança Centro de Estudos para o Desenvolvimento

No próximo dia 16 de março, na Sala de Sessões do Centro Cultural Justiça Federal, estará sendo lançado o Centro de Estudos para o Desenvolvimento – CED – proposto pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas. A idéia é reunir especialistas, estudiosos e pesquisadores de diversas áreas para pensar o Brasil com uma visão de longo prazo. No lançamento, serão homenageados três grandes pensadores do desenvolvimento do país: Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe e Samuel Pinheiro Guimarães. No ato, haverá exposição de livros sobre o tema, com a presença dos autores. Pág. 3



Os desafios do FSM para superar as velhas políticas

Em artigo especial para o JE, Chico Whitaker aponta os principais desafios do FSM para superar as velhas práticas de fazer política. Pág. 8

Rio gasta o mínimo com educação

Página 15

A rotatividade na indústria.

Página 12

EDITORIAL

Hora de repensar o Brasil

Desde a reconquista da democracia no país, com o fim do regime militar e a posse de um governo civil, em 1985, a economia brasileira caminha sempre de olhos abertos para o curto prazo. Uma visão que, conforme palavras do professor João Paulo de Almeida Magalhães, no último Congresso Brasileiro dos Economistas, “contaminou a opinião pública e a mídia”. Entre os jornalistas, esta é a visão predominante dos chamados “analistas” ou colunistas econômicos.

Particularmente, de meados dos anos 90 para cá tudo o que interessa a esses analistas, bem como às instituições financeiras encarregadas do cálculo do chamado “risco Brasil”, é o desempenho macroeconômico de alguns índices, em especial, a inflação, superávit primário, gastos públicos, nível de reservas, exportações e... pronto! Nada mais interessa. Esses são os ingredientes da poção mágica do neoliberalismo em curso, não importando os índices sociais, os níveis de pobreza e a escalada da miséria. Inflação baixa, alto superávit, abertura comercial e contenção do custeio da máquina governamental são os dados que interessam.

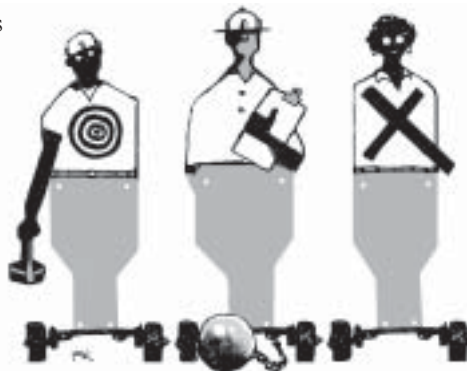
Exatamente na contramão desta visão “curto-prazista” predominante no Brasil dos últimos 10, 15 anos, é que as entidades de economistas do Rio de Janeiro estão mobilizando e convidando instituições de diversas áreas, tanto profissionais e científicas quanto do movimento social, para o lançamento do Centro de Estudo para o Desenvolvimento – CED – cujo objetivo e principal desafio é o de pensar o Brasil, a partir de uma visão de longo prazo. No lançamento, no dia 16 de março, na sala de Sessões do Centro Cultural Justiça Federal, no Rio, a homenagem a três pensadores de porte, comprometidos com este tipo de preocupação: Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe e Samuel Pinheiro Guimarães, cujas trajetórias próprias prescindem de qualquer apresentação.

Este é o tema central desta edição do **JE**. Além dele, o jornal ousa investir em uma temática que praticamente está ausente das páginas da grande imprensa: os rumos e os grandes embates internos e externos do Fórum Social Mundial.

Uma boa leitura. ■

Sumário

- Página 3** Mobilização – Economistas propõem criação de Centro de Estudos
- Página 6** Crítica – Sob o manto da concórdia
- Página 8** O FSM visto por dentro: caminhos e desafios de uma nova política
- Página 12** Estudos – A rotatividade através das estatísticas do IBGE ▶



- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Rio gasta o mínimo com educação e investimento em 2006 é reduzido
- Página 16** Inscrição remida é reaberta
Cursos Corecon 2006

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

MOBILIZAÇÃO

Corecon-RJ propõe criação de Centro de Estudos

As entidades de economia do Rio de Janeiro, tendo à frente o Conselho Regional de Economia e o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, lançam, no próximo dia 16 de março, uma quinta-feira, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, uma incubadora de idéias, estudos e pesquisas que pense o Brasil com uma visão de longo prazo. A proposta de criação do CED já conta com o apoio de várias entidades e busca novas adesões de movimentos, instituições e organizações sociais comprometidos com o desenvolvimento do país, sua soberania, independência e de uma economia capaz de atender as necessidades da maioria da sociedade brasileira.



O ato de lançamento terá a presença de economistas e personalidades da vida política, social, econômica e cultural do país, e será realizado na sede do Centro Cultural Justiça Federal, no primeiro andar do prédio nº 271 da avenida Rio Branco, na Cinelândia.

Serão homenageados três pensadores do desenvolvimento brasileiro, engajados na luta pela sua construção: Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe e Samuel Pinheiro Guimarães. Livros

recém lançados que discutem e propõem alternativas e políticas de desenvolvimento estarão em exposição no ato de fundação do CED (ver box), com a presença de seus autores para o debate com o público.

A proposta é que as entidades se mobilizem pela criação de um Centro de Estudos para o Desenvolvimento, que pense o país com uma visão nova e de longo prazo. O lançamento será a 16 de março, na Sala de

Sessões do Centro Cultural Justiça Federal, às 18h, com a presença de diversas entidades. Autores de livros lançados recentemente e que tratam da questão do desenvolvimento também estarão presentes, debatendo suas visões e propostas.

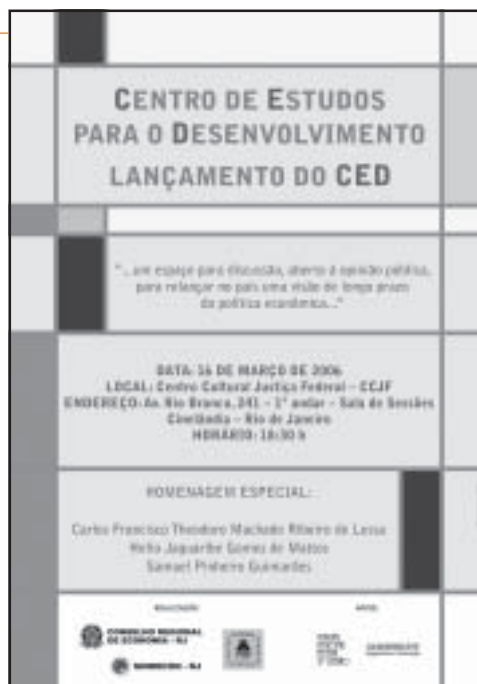
O texto base proposto e aprovado pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas para a discussão da proposta de criação do CED é o seguinte:

NO ANO DE 2006 será eleito novo Presidente da República. Diante da insatisfação generalizada com os maus resultados da política econômica em termos de desenvolvimento, deve-se esperar que esteja no centro dos debates propostas dos candidatos para corrigir tal deficiência. As entidades representativas dos economistas profissionais têm importante responsabilidade nesse processo. Ou seja, cabe-lhes, seja sugerir meios e modos de recolocar o Brasil na trilha do crescimento acelerado, seja avaliar criticamente as propostas apresentadas pelos candidatos à Presidência, informando a opinião pública sobre seu realismo e capacidade de recolocar o país na trilha do crescimento acelerado.

Essa posição que significa, em última análise, relançar no país a visão de longo prazo da política econômica foi, aliás, consagrada na Carta de Florianópolis unanimemente aprovada no XVI Congresso dos Economistas de setembro de 2005

Para atender a essa necessidade, e aproveitando a oportunidade criada pelas eleições presidenciais, o Corecon-RJ toma a iniciativa de propor a criação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento. A proposta é atuar como incubadora de unidade de estudos e pesquisa que se torne futuramente autônoma.

A ECONOMIA BRASILEIRA atravessa hoje a terceira década de semi-estagnação, fato extremamente grave considerando-se que países subdesenvolvidos de outras partes do mundo, e particularmente os situados no



Leste e Sul da Ásia, registram no mesmo período taxas anuais de incremento do PIB variando entre 7% e 9%. Ainda mais grave é que os resultados obtidos em nosso país são mesmo inferiores à média mundial abrangendo tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Há especialmente que sublinhar os resultados altamente favoráveis obtidos pela China e Índia, países que em termos de recursos naturais e equilíbrio população-território desfrutam de condições muito inferiores às brasileiras.

Apesar do lento crescimento do PIB brasileiro, difundiu-se nos meios de comunicação, e mesmo entre alguns especialistas, a tese de que "a economia brasileira vai bem". Isso porque a inflação se acha sob controle, as metas de supe-



râvit primário estão sendo cumpridas, evitando-se a explosão da dívida pública, e a balança comercial registra grandes saldos positivos.

Essa é uma errada visão "curtoprazista", já identificada em pesquisa recente Ipea-Cepal. Em economias retardatárias, o critério básico para julgar o sucesso de políticas econômicas é a taxa de incremento do PIB. Esta deve ser suficientemente elevada para colocar o país no caminho da eliminação do seu atraso econômico. Tanto a experiência passada brasileira, quanto os resultados obtidos em outras economias emergentes, indicam que deve ser considerado insatisfatório para o país qualquer crescimento em nível anual inferior a 7%.

Manifestação extremamente perigosa do "curtoprazismo", que começa a se generalizar no país, é o falso "comparativismo". O Brasil está crescendo à insuficiente média anual de pouco mais de 2%. Mesmo esta, todavia, faz com que PIB, emprego, produção industrial e outras variáveis econômicas superem os resultados dos anos anteriores. Valendo-se disso, o Governo

Lançamento do CED terá exposição de livros

Livros e autores que tratam do desenvolvimento brasileiro estarão presentes no lançamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento, com os escritores discutindo suas idéias e explicitando-as para o público presente. As editoras das obras são também parceiras do CED e vão estar expostos os seguintes livros:



Adeus ao desenvolvimento: a opção do Governo Lula.

Editora Autêntica.
Novo-Desenvolvimentismo é um instrumento essencial para resgatar a reflexão sobre um verdadeiro projeto de nação.
Org.: João Antônio de Paula.

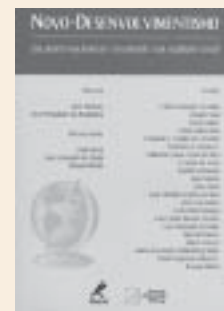
O livro reúne trabalhos de economistas da esquerda brasileira, contrários à adesão petista às elites e ao pensamento dominante. Não figura como uma crítica, somente, uma vez que aponta outras possibilidades de ação, indica alternativas à política econômica adotada e apresenta vários estudos dedicados à análise de políticas para o Brasil sair do "atoleiro neoliberal".



Economia Política Internacional - Fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil.

Editora Campus / Elsevier.
Autor:
Reinaldo Gonçalves

O autor, professor do Instituto de Economia da UFRJ, analisa as relações econômicas internacionais do Brasil, à luz dos fundamentos da EPI - Economia Política Internacional. A obra dispõe os chamados "eixos estruturantes" da EPI, que busca compreender os processos internacionais não somente a partir das rivalidades entre Estados, como também das contradições, rivalidades e disputas que ocorrem em cada um dos Estados, contrapondo classes sociais e grupos de interesses.



Novo-Desenvolvimentismo

é um instrumento essencial para resgatar a reflexão sobre um verdadeiro projeto de nação.
Editoras Manole e Fundação Konrad Adenauer
Orgs. João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel

"Este livro nos convida à reflexão. Foi escrito por um notável grupo de economistas [...] e aborda praticamente todos os problemas relevantes da economia brasileira contemporânea com uma preocupação propositiva. (...) Ele questiona uma sabedoria convencional que tem sido aprovada no teste da realidade".
Do prefácio de José Alencar, vice-presidente da República.
"(...) Problemas sociais e econômicos não podem ser considerados separadamente. (...)".
Michael Fritsche, da Fundação Konrad Adenauer.

todos os problemas relevantes da economia brasileira contemporânea com uma preocupação propositiva. (...) Ele questiona uma sabedoria convencional que tem sido aprovada no teste da realidade".
Do prefácio de José Alencar, vice-presidente da República.
"(...) Problemas sociais e econômicos não podem ser considerados separadamente. (...)".
Michael Fritsche, da Fundação Konrad Adenauer.



anuncia que PIB, emprego e produção industrial bateram todos os recordes do passado, donde não se poder negar que a economia “vai bem”. Ora, a comparação legítima, e absolutamente a única aceitável, é entre a taxa atual de crescimento dessas variáveis e as registradas, seja no passado pela economia brasileira, seja no presente pelas economias em desenvolvimento do resto do mundo. E dentro desse critério a economia brasileira, definitivamente, “vai mal”.

O que se tenta hoje no Brasil é transferir, para nosso caso, critério válido somente para economias maduras que não têm atraso econômico a eliminar. Nelas, a economia “irá bem” sempre que os equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário) estiverem garantidos. Nas economias retardatárias, pelo contrário, só tem sentido indagar a existência desses equilíbrios enquanto capazes de favorecer (ou prejudicar) a manutenção do incremento acelerado do PIB. Em países subdesenvolvidos é, assim, fundamental priorizar a visão de longo prazo da política econômica, sem a qual, como vem acontecendo no Brasil, não escaparão do círculo vicioso de curtos períodos de crescimento acelerado seguidos de longas fases de estagnação ou daquilo que se tornou conhecido como o “vôo da galinha”.

EXISTEM, SEM DÚVIDA, no país graves e urgentes problemas de curto prazo. Esses vão desde o desequilíbrio financeiro na Previ-

dência Social, até a grave deterioração da infra-estrutura econômica, passando por dívida pública onerando pesadamente o orçamento nas três esferas de governo, por aposentadorias e vencimentos do funcionalismo congelados, salário mínimo insuficiente etc. Todos esse problemas resultam, contudo, basicamente, do longo período de semi-estagnação da economia brasileira e dificilmente poderão ser resolvidos sem que esta volte a crescer em ritmo acelerado.

Estatísticas disponíveis mostram que, calculado em dólares, o PIB brasileiro dobrou entre 1980 e 2005. Caso houvesse se expandido à taxa anual de 7%, tal como sucedera nos 30 anos anteriores, nosso PIB seria hoje cerca de 5,5 vezes mais elevado. Nesse caso, não haveria problema financeiro na Previdência, a infra-estrutura seria mais ampla e bem conservada e a dívida pública medida como percentagem do PIB seria bem menor. Inexistiria, além disso, motivo para que aposentadorias, vencimentos do funcionalismo e salário mínimo não estivessem em níveis adequados. Ou seja, antes de se passar à discussão de problemas específicos da economia brasileira é indispensável definir meios e modos de recolocá-la na trilha do rápido crescimento. O que a experiência passada do país e o exemplo recente de outras partes do mundo demonstram ser plenamente possível.

É IGUALMENTE IMPORTANTE sublinhar não ser lícito culpar a este ou aquele governo por nossos problemas, dado que esses persistem há 25 anos, podendo, portanto, ser atribuídos a todos e cada um dos responsáveis pelos destinos econômicos do país durante o período.

Faz-se, igualmente, necessário esclarecer que não se pretende ignorar os gravíssimos resultados da longa semi-estagnação brasileira, em termos de concentração de renda e exclusão social. Por não ignorar esse fato, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento se propõe atrair para seus quadros especialistas de outras áreas das ciências sociais, capazes de diagnosticar as causas e definir medidas para a correção dessas distorções. De qualquer forma, a simples retomada do desenvolvimento, ao gerar rápida expansão da oferta de emprego, estará contribuindo para minorar um dos mais graves problemas sociais do país. E, de qualquer forma, estudos recentes assinalam a extrema dificuldade das políticas de distribuição de renda, na falta de significativo incremento do PIB.

Ao propor o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, o Corecon-RJ pretende estar dando partida à criação de núcleo de estudos e pesquisas que, ao atender necessidade premente do país, atrairá apoio, colaboração e participação de todos os interessados nos destinos do país. ■



Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil- Um enfoque de logo prazo

João Paulo de Almeida Magalhães
 Editora Paz e Terra
 Nº de págs : 251
 Preço: R\$ 27,00

Com a experiência de doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris e cargo de professor titular de Economia na UFRJ e na UERJ, chefe do Núcleo de Planejamento Econômico do governo Jânio Quadros, membro do Comitê de Peritos da

Aliança para o Progresso e presidente do Instituto de Economia do Rio de Janeiro, o autor usa esta análise para propor uma nova estratégia de desenvolvimento para o país, em substituição ao modelo neoliberal.

Escrito de forma didática, o livro considera que a decisão prévia sobre a estratégia a ser implementada é condição básica para avaliar políticas econômicas específicas; defende a disponibilidade de mercado de dimensões e dinamismo adequados, como o aspecto central das políticas de eliminação do atraso econômico; sustenta a importância fundamental do mercado interno no desencadeamento das políticas de desenvolvimento e afirma que as regras implícitas no atual processo de globalização não são as mais favoráveis para o desenvolvimento e que sua manutenção é garantida por barreira ideológica, que pode ser derrubada.

João Paulo de Almeida Magalhães foi eleito personalidade econômica do ano de 2005



Brasil em desenvolvimento Volume 1 - Economia, tecnologia e competitividade

Organização de Ana Célia Castro, Antonio Licha, Helder Queiroz Pinto Jr. e João Sabóia.
 Editora Civilização Brasileira
 546 e 392 páginas, respectivamente.
 Preço: R\$ 62,90
 Formato: 16 x 23 cm
 ISBN: 85-200-0680-9 e 85-200-0681-7



Parceria entre o Instituto de Economia da UFRJ, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe e o Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRJ Janeiro, os dois tomos reúnem um ciclo de seminários sobre temas de extrema atualidade, como economia política internacional, gestão macroeconômica, planejamento do desenvolvimento, financiamento do desenvolvimento, desenvolvimento produtivo, ciência, tecnologia e desenvolvimento, infraestrutura, trabalho e desenvolvimento institucional.

O volume 1 tem como capítulo introdutório o texto de Celso Furtado, intitulado *Para Recuperar o Dinamismo*. No volume 2, a introdução é do professor Alain Touraine.

CRÍTICA Fábio Guedes Gomes*

Sob o manto da concórdia

A professora e economista Maria da Conceição Tavares é conhecida pelo seu ímpeto e eloquência do discurso, como também pela sua extrema capacidade intelectual. Tendo contribuído ao longo desses últimos 40 anos com um número extraordinário de textos e capítulos de livros, escreveu uma página importante na historiografia econômica e política brasileira. A professora, que foi muitíssima influenciada pelo maior economista brasileiro, Celso Furtado, é também responsável pela formação, por gerações, de economistas e outros cientistas sociais, inclusive de indivíduos que ocuparam ou estão atualmente em cargos importantes nos principais centros de decisão do Estado brasileiro. Trata-se, portanto, de uma das maiores intelectuais brasileiras da segunda metade do século XX.

Lembro-me, muito bem, de uma reunião da Associação Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Economia (Anpec), realizada em 1997, em Recife, onde no mesmo dia estavam marcadas duas palestras magnas: uma, com o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e, em seguida, a ilustre professora Conceição Tavares faria sua conferência. Provavelmente, para evitar a explosão do debate, Franco não compareceu. Que pena, não foi possível presenciar o massacre que um dos representantes do neoliberalismo brasileiro poderia ter sofrido naquela noite, tamanha a capacidade de reflexão de Tavares.

Para minha honra pude obter de suas mãos uma dedicatória no livro *Poder e Dinheiro* (Editora Vozes, 1997), organizado por ela e José Fiori, no qual se encontra republicado um de seus textos mais importantes em minha opinião: “A retomada da hegemonia norte-americana”. Com muito prazer e zelo guardo este volume onde estão os dizeres:

“Para Fábio, antigo aluno, com a amizade da velha ‘mestra’”.

Infelizmente, a professora parece que arrefeceu suas energias de fustigação, rebeldia e denúncia dos principais problemas brasileiros, seus determinantes, conseqüências e respectivos responsáveis. Num artigo publicado, como era de costume, na *Folha de São Paulo* de 19 de abril de 2004, ela se despede do debate macroe-

conômico como se estivesse jogando a toalha sobre o ringue, depois de esboçar uma crítica eloqüente à política econômica ortodoxa e ao sistema de metas de inflação, que tanto penalizam a economia brasileira e sufocam ainda mais as condições de vida do povo brasileiro, exceto aos banqueiros e às frações de classes que especulam, bem como às atividades exportadoras, carro-chefe do crescimento econômico.

Discurso chapa branca

A professora tem razão. Para debater economia neste país tem, necessariamente, que estar muito bem informado. Isto porque uma boa parte do que a grande imprensa publica está comprometida com seus interesses, procurando muito mais confundir em suas “análises” do que ir ao âmago de certas questões importantes. Depois daquele artigo de despedida veio a crise política e, durante todo esse interregno de tempo, Conceição Tavares não se pronunciou sobre

a conjuntura econômica nacional.

Para alívio de seus admiradores, a revista *Carta Capital*, em sua edição de natal, exibiu uma entrevista com a professora. Comprei-a rapidamente na esperança de ler mais uma de suas lúcidas reflexões que pudesse apontar para um novo patamar crítico, ou mesmo que simplesmente reforçasse o coro dos que estão decepcionados com o governo e sua política econômica, que privilegia a aristocracia financeira. Coro este muito bem documentado pelas Cartas de Uberlândia e Campinas, ambas produzidas pela Sociedade Brasileira de Economia Política, e no Manifesto dos Economistas, intitulado “E Nada Mudou”, de 22 de novembro de 2004. A leitura da entrevista foi frustrante!

A impressão, à primeira vista, é de um discurso afinado com o governo, mas ambíguo em sua essência, pois critica as autoridades monetárias, chamando-as de *beócios*, ao mesmo tempo em que defende alguns pontos da política econômica. Senão, para confirmar, vejamos uma parte da entrevista

A impressão, à primeira vista, é de um discurso afinado com o governo, mas ambíguo em sua essência, pois critica as autoridades monetárias, chamando-as de *beócios*, ao mesmo tempo em que defende alguns pontos da política econômica

Continuamos reprimarizando nossa pauta exportadora à custa de um processo de desindustrialização, jogando para o futuro problemas estruturais para equilibrar nosso balanço de pagamentos. Ou será que a professora ignora isto?

quando Conceição Tavares se refere a apreciação cambial:

“As razões pelas quais foi necessário essa valorização foi para comprar reservas baratas, pagar a dívida externa privada, reestruturar a dívida pública e contratá-la em melhor situação. Em 2004 crescemos, exportamos como gigantes. O salário cresce, o emprego cresce e não batia nada com o diagnóstico. Evidente que o PIB caiu por ser um miniciclo”.

Quem duvida que esse discurso não seja chapa branca?

Afirmar que a valorização cambial se deu por aquelas circunstâncias é simplificar por demais seus reais determinantes. A professora sabe muito bem que a valorização cambial é decorrente dos exageros na ortodoxia da gestão monetária e da “maré” favorável de liquidez internacional, como também da dinâmica dos mercados de *commodities*. Esse último elemento, ademais, comemorado por Conceição Tavares por termos aproveitado e exportarmos como gigantes, sem se importar com os elementos substanciais subjacentes ao crescimento do comércio exterior brasileiro, como a aceleração da demanda internacional e o fraco desempenho da absorção interna. Continuamos reprimarizando nossa pauta exportadora à custa de um processo de desindustrialização, jogando para o futuro problemas estruturais para equilibrar nosso balanço de pagamentos. Ou será

que a professora ignora isto?

Outro aspecto que deve ser colocado em questão trata do otimismo exagerado de Conceição Tavares quando se refere ao pagamento da dívida externa com o FMI: pura demagogia governista! Pagar ao FMI não significa automaticamente a retomada do crescimento econômico, porque isto depende de outros fatores que passam longe de serem equacionados pelo atual governo. Dentre eles, é importante destacar que apesar das contas externas terem melhorado e a relação dívida externa/PIB ter diminuído, o país pratica o câmbio flutuante e a conta de capitais continua uma “porteira aberta”, por onde as manadas de capitais financeiros entram e saem, conforme manda o “figurino” das políticas monetária e fiscal conservadoras, alinhadas com interesses dos mercados financeiros.

Trocando dívida barata por cara

Ora, nesse caso, quem passa a lastrear o equilíbrio do balanço de pagamentos é a gestão da dívida pública, que compromete essencialmente o orçamento do Estado brasileiro com as metas de superávit primário e a definição da taxa de juros básica da economia. As metas de inflação dão apenas o “molho” necessário para justificar os juros elevados e os ganhos rentistas. Nesse quadro, o espaço de crescimento dos investimentos público e privado é muitíssimo reduzido.

Dizer que a quitação da dívida com o FMI abre caminho para a retomada do crescimento é surpreendente, vindo da “velha ‘mestra’”. Como argumentou recentemente o economista José Carlos de Assis, num breve artigo, “pagamos para caminhar com pernas do FMI” (disponível em www.desempregoze-

www.desempregoze.org.br). Essa dívida tinha prazos de vencimento em 2007 e seus encargos financeiros eram muito menos onerosos do que as captações externas que o governo vem realizando nos últimos meses. Estamos trocando dívida barata por mais cara, descontando dos juros e ganhos financeiros a inflação e a correção cambial.

Portanto, a dívida com o FMI era muito menos onerosa do que as captações que estamos fazendo no mercado internacional, com lançamentos de títulos soberanos (ver artigo de Maria Lucia Fattorelli Carneiro, “Contradição Inexplicável”, disponível em www.desempregoze.org.br). Conceição Tavares, pelo menos dois anos atrás, tinha plena consciência disto quando se referia às condições ideais de financiamento da dívida pública: “Os efeitos da política monetária ‘dura’ pioram as necessidades de financiamento do setor público. Lá se vão as oportunidades de trocar dívida cara e de curto prazo por dívida mais longa e mais barata”.

Como explicar essa ambigüidade e o otimismo da professora?!

Como se pode crescer, portanto, com essa política econômica ortodoxa e o orçamento do Estado brasileiro colado no balanço de pagamentos, servindo de lastro para seu equilíbrio através da gestão da dívida

interna, superávit primário e manuseio da taxa de juros altistas, tudo isso aliado a endividamento externo mais custoso?

No que diz respeito à dívida interna, a professora, surpreendentemente, defendeu que foi necessário “mandar o pau no superávit primário” para diminuir sua relação com o PIB. Ora, essa afirmação confunde ainda mais seus admiradores, porque sua postura foi sempre contrária às metas “nos cornos da lua” do superávit primário, como está bem colocado em seu texto de despedida:

“O ministro da Fazenda (apoiado por notórios economistas conservadores) volta à carga com a lógica invertida de aumentar ainda mais o superávit primário para poder baixar os juros. Trata-se de uma ‘nova teoria’: o ajuste fiscal permanente e crescente!”.

Enfim, apesar de alguns indicadores macroeconômicos externos terem melhorado sensivelmente e os dados sobre renda e emprego surpreenderem, numa conjuntura tão recessiva para as atividades econômicas que dependem do mercado interno, é muito arriscado dizer que o Brasil está indo no rumo certo. Pelo visto, o discurso parece estar sob o manto da concórdia governista.

É uma pena que figuras tão ilustres como a professora Conceição Tavares estejam se inclinando a defender um dos maiores engodos da história política brasileira. Por outro lado, a “velha ‘mestra’” não perdeu o senso da polêmica, necessário e importante ao debate acadêmico e político. Para aqueles que defendem um pensamento heterodoxo só resta acreditar na renovação de nossos referenciais. ■

A dívida com o FMI era muito menos onerosa do que as captações que estamos fazendo no mercado internacional, com lançamentos de títulos soberanos

* Economista e professor da UFBA. Correio: fguedes@ufba.br

ESPECIAL Chico Whitaker*

O FSM visto por dentro

Caminhos e desafios de uma nova política

Em 2006, o Fórum Social Mundial foi policêntrico: realizou-se em Bamako, no Mali, e em seguida em Caracas, na Venezuela. O terceiro previsto – adiado por motivo dos terremotos que ocorreram no Paquistão – terá lugar em Karachi, no final de março. O quarto Fórum Social Europeu acontecerá na Grécia, em maio, e no segundo semestre será realizado um Fórum Social Asiático, na Tailândia.

Quase ao mesmo tempo dos dois primeiros, realizou-se em Marrocos uma assembleia constitutiva do Fórum Social Magrebino, previsto para 2007, pouco depois do próximo Fórum Social Mundial, que será novamente centralizado, desta vez, em Nairobi, no Quênia. Pode-se, portanto, dizer que o processo Fórum Social Mundial está em plena expansão. Porém, mais do que isso, essa expansão é portadora de algo novo: uma mudança qualitativa no tipo de unidade que vai sendo forjada entre os que querem construir o “outro mundo possível” – uma unidade que respeita a diversidade e, na qual, todos são protagonistas.



Os Fóruns não resultam de decisões de uma cúpula internacional que os programe e monitore: eles são sempre de iniciativa e responsabilidade dos movimentos, entidades e organizações da sociedade civil do país ou da região em que se realizam, com o apoio de um Conselho Internacional, do qual eles também participam. Os organizadores dos Fóruns – ou facilitadores, como os chamamos – estimulam, por sua vez, a auto-organização, pelos próprios participantes, das suas atividades nos Fóruns.

Assimila-se assim cada vez mais a forma de fazer política que está embutida na Carta de Princípios do FSM: a da ação horizontalizada, em rede, sem lutas internas por hegemonia, abrindo espaço para a irrupção da sociedade civil como novo ator político, autônomo em relação a partidos e governos.

Mas o momento após os policêntricos é de balanços e avaliações, essenciais para continuar a caminhada, considerando os avanços e retrocessos metodológicos ocorridos. Este texto levanta algumas das questões que poderão vir a ser discutidas, nesta perspectiva, na reunião do Conselho Internacional previsto para fins de março em Nairobi.

As cinco chagas do neoliberalismo

O objetivo do processo político lançado, em 2001, pelo FSM continua o mesmo: tornar pos-

sível o encontro das “entidades e movimentos da sociedade civil, que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e que estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”¹.

A reflexão e a ação ao longo dos Fóruns vêm permitindo

O objetivo do processo político lançado, em 2001, pelo FSM continua o mesmo: tornar possível o encontro das “entidades e movimentos da sociedade civil, que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”

identificar melhor as grandes chagas que o neoliberalismo, a dominação do capital e o imperialismo abrem na face da terra. A mim me parece que elas seriam as seguintes:

- a guerra e a militarização dos conflitos;
- o terrorismo, como resposta desesperada ou estratégia equivocada de combate à dominação;
- a destruição progressiva e crescente do planeta Terra;
- a manutenção de parcelas crescentes da humanidade na miséria;
- a corrupção que deteriora o tecido social.

Elas têm uma gravidade diferente nas diversas partes do mundo, assim como varia a importância dos mecanismos ou instrumentos que as perpetuam. Mas todas afetam todos os povos. Elas se alimentam umas das outras e se aprofundam, em decorrência da mesma lógica egoísta, competitiva e suicida que conduz o capitalismo.

Nas reuniões do Conselho Internacional do FSM muitas vezes ressurgem a proposta de levar os Fóruns a focalizar somente uma dessas chagas – por exemplo, a da guerra. A preocupação

é de eficácia, que seria maior com a concentração de esforços e a redução da extensão e variedade das lutas que podem ser discutidas – e transformadas em planos de ação – nos Fóruns.

Mas ela corresponde a uma forma de fazer política diferente da experimentada no FSM, como “espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes”, segundo as especificidades de cada luta e do tipo de atuação de cada protagonista.

Aos governos que dialogam com o processo do FSM – porque se situam no mesmo campo de luta contra o neoliberalismo – os organizadores dos Fóruns pedem algo ainda mais difícil: que ajudem, sem interferir.

Pode ser que a realização do próximo Fórum Mundial na África – numa nova realidade social, econômica e política – diminua a possibilidade de se propor essa focalização única. Mas a forma de fazer política que ela traduz é a mesma que está por detrás de quatro desafios que a continuidade e a expansão do processo do FSM enfrenta, e que poderão ser tema de discussão no Conselho Internacional de março. Dois desses desafios vêm, por assim dizer, de fora do Fórum, e dois de dentro dele mesmo.

Desafios que vêm de fora dos Fóruns

OS DOIS desafios que vêm de fora resultam da ação de governos e de partidos. Dando continuidade à luta política na forma como ela sempre foi desenvolvida, eles têm dificuldade de entender e, conseqüentemente, de aceitar, o que o FSM pretende. Esta dificuldade aparece claramente na maneira como muitas vezes partidos e governos – e, com eles, organizações internacionais intergovernamentais – buscam se associar aos Fóruns. A Carta de Princípios do FSM estabelece que eles não podem organizar atividades nos Fóruns, embora possam participar como convidados dos participantes, em atividades que estes organizem (dentro da orientação de Fórum auto-organizado).

Aos governos que dialogam com o processo do FSM – porque se situam no mesmo campo de luta contra o neoliberalismo – os organizadores dos Fóruns pedem algo ainda mais difícil: que ajudem, sem interferir. Nem todos os governos se dispõem a isso. É difícil resistir à tentação de se promover, no evento. A dificuldade de respeitar a au-

tonomia da sociedade civil é uma decorrência natural da cultura política que prevaleceu durante todo o século passado.

Essa dificuldade é vivida também pelos partidos, que até agora tinham a hegemonia da atuação política, com a tomada dos governos como objetivo. Para seus dirigentes, não têm sentido atuar fora deles e pretender fazer coisas sem tomar o poder. Essa dificuldade cresce na medida em que a hegemonia dos partidos é ameaçada pela sociedade civil, como novo ator político que emerge.

Porque não dar aos governos e partidos o lugar central que sempre tiveram e, no processo do

FSM, apoiá-los em sua ação? O risco será o de esboroar todo o sentido dos Fóruns. Governos e partidos têm, evidentemente, um papel muitas vezes decisivo para realizar as mudanças que a construção de “outro mundo” exige. Mas porque não permitir que a sociedade civil reforce as frentes de luta, e o faça de forma autônoma?

Ambigüidades do começo

Não se trata de incluir nessas frentes os Fóruns enquanto tais. Em si mesmos eles não são atores políticos – não podendo, portanto, pretender passar a ser o novo “sujeito histórico” que os especialistas em política procuram encontrar. Ele é somente um espaço. Mas é um espaço da sociedade civil, para que os diferentes setores dessa sociedade possam intercambiar reflexões e experiências e encontrar caminhos para ações políticas eficazes, inclusive para pressionar e constranger governos e partidos, assim como para contribuir para as mudanças fazendo o que esteja ao seu alcance, sem deles depender. De fato, a sociedade civil não

dispunha até agora de um instrumento desse tipo para articular-se autonomamente.

É bem verdade que na própria organização do FSM, em seus inícios, pairaram certas ambigüidades nestas questões. Até hoje há participantes que se apóiam nelas para reforçar seus argumentos, em favor da participação e presença direta, nos Fóruns, de governos e partidos enquanto tais. Essas ambigüidades decorreram do fato de a maioria dos organizadores dos primeiros FSM ser filiada ao PT, e ele se realizar em uma cidade – Porto Alegre – em que eram desse partido os governos estadual e municipal. As dúvidas cresceram com a presença de Lula, recém-eleito presidente da República, num grande ato público no Fórum de 2003.

Já se escreveu muito para explicar o que de fato ocorria e a própria presença de Lula, em 2003. Mas só a prática e o tempo convencerão as pessoas que nem o partido enquanto tal, nem os governos comandavam a organização dos Fóruns ou nela interferiam. Até porque eles não



perdiam as oportunidades que surgiam para se tornarem visíveis. Para complicar esse quadro, o FSM de 2005 foi praticamente iniciado com Lula, presidente do Brasil, e terminado com Chávez, presidente da Venezuela. Mas, de fato, tais atos foram organizados por participantes, que usaram a liberdade de que dispõem para autogerir suas atividades nos Fóruns.

Em 2006 (nos dois Fóruns policêntricos já realizados), pareceu menor o risco de sequestro por partidos. Mas muitos apontavam para o risco de inter-

ferência do governo, no caso da Venezuela. Seu presidente é uma forte presença naquele país, e dispõe de muitos recursos que ajudam, mas criam também dependências. Contudo, segundo os testemunhos ouvidos os organizadores conseguiram manter a autonomia das atividades no evento. De fato o que nele ocorreu foi, de novo, o que faz a riqueza dos Fóruns: o interesse maior dos participantes estava na troca livre de experiências e no desenvolvimento de novas articulações entre os movimentos e

Os “intelectuais” dispõem de recursos para apresentar suas análises, mas todos sabemos que não dispõem de toda a verdade. Por isso mesmo, o FSM abre um espaço especial para tornar visível o que nasce da base da sociedade

entidades da sociedade civil.

A presença maior de Chávez, pessoalmente, e dos recursos que disponibilizou – até para o Fórum de Bamako – foi, no entanto, bastante explorada pelos meios de comunicação, que buscam desvirtuar a imagem do FSM,

tendo sido menos explorada uma presença também forte: a do governo brasileiro e suas empresas estatais. Ambas decorrentes da auto-organização das atividades pelos participantes do Fórum. O que nos leva a refletir sobre os dois desafios que vêm de dentro do Fórum.

Desafios que vêm de dentro do Fórum

ESTES desafios são em verdade os mais fortes. Vindo de dentro do FSM, têm um poder maior de minar resistências. Ambos se originam na mesma perspectiva que procura “focalizar” os Fóruns, como já dito, e na dificuldade de aceitar as inovações neles propostas quanto à forma de fazer política. Trata-se agora da aceitação de inovações na própria prática dos que se engajam na luta contra o neoliberalismo. No Conselho Internacional do FSM ou nos diferentes Coletivos Organizadores vivemos recorrentemente essa dificuldade, como ocorre com toda mudança cultural.

Ela é devida ao enorme peso da concepção, segundo a qual toda luta política precisa contar com direções ou vanguardas que mobilizem os militantes e os dirijam na ação. Combinada com o autoritarismo que o capitalismo desenvolve e que marca muitas posturas até na esquerda, ela leva a que se lute pela hegemonia na condução da ação concreta. O que se traduz numa competição permanente pelo poder entre as forças que se opõem ao capitalismo dominante, fazendo prevalecer a lógica da disputa sobre

a da escuta e abrindo espaço para todos os tipos de manobras e golpes anti-democráticos para ganhar posições.

O primeiro desses desafios surge pela ação dos que vêm sendo chamados de “intelectuais”, convidados para conferências e debates; o segundo decorre da ação da assim chamada Assembléia dos Movimentos Sociais, que divulga, ao final dos Fóruns, apelos para a mobilização na luta contra o neoliberalismo, e às vezes promove manifestações que tornem mais visível sua presença e sua força.

O risco decorrente tanto do primeiro como do segundo desafios é o da divisão e re-divisão que já faz parte da história das esquerdas – como resultado da estratégia mais do que conhecida, dos dominantes, de dividir para dominar. Se a unidade é condição para se construir uma força política realmente capaz de enfrentar o capitalismo, e é urgente construí-la, a tentação é a de tentar chegar a ela não pela convicção militante – mais demorada – mas, por comandos unificados capazes de impor a disciplina e a obediência – supostamente mais eficazes.

A experiência mostra que esse

segundo caminho não é eficaz, assim como é contrário à construção do “outro mundo possível” – que deverá ser necessariamente marcado pelo respeito à diversidade e ao ritmo de cada um, ou não será “outro” mundo. Se a unidade é, no entanto, mantida – e o processo do FSM já entra em seu oitavo ano – isto se deve provavelmente à adoção, desde o início, entre os organizadores dos Fóruns, da regra da decisão por consenso. Também mais demorada, ela leva a que as decisões sejam assumidas pelos que delas participam, em nome da unidade a preservar.

Os “intelectuais” em Bamako

No Fórum de Bamako se tentou fazer algo parecido com o “Manifesto” lançado em Porto Alegre, em 2005, por 19 personalidades, buscando unificar todas as propostas e lutas que emergem nos Fóruns, em torno de alguns temas principais. Desta vez, o esforço se situou na perspectiva de relançar a coalizão dos países “não alinhados” da Conferência de Bandung, de 1955, agora que se comemora seu

quinquagésimo aniversário. Um seminário internacional, na véspera do Fórum, contando com figuras de alto porte no mundo intelectual e na luta antiimperialista, buscou ser apresentado como ato de abertura do Fórum – como uma orientação prévia às discussões que nele se fizessem.

O bom senso dos convidados levou a que não se constituísse em ato de abertura, não chegando, então, a ser considerado como diretivo pelos participantes do Fórum, movidos mais fortemente pela sua proposta horizontalizante. Mas um “apelo” final do Seminário, redigido após o mesmo, foi levado a Caracas, eventualmente, na perspectiva de ganhar a importância que não teve em Bamako. E está agora



buscando mais subscritores nos meios da resistência ao imperialismo, o que está permitindo, aliás, uma boa discussão, via internet, sobre seu conteúdo.

Sabemos que a Conferência de Bandung, na luta pela independência econômica e política dos países do Terceiro Mundo, foi uma conferência de Chefes de Estado e não de povos – ainda que os primeiros possam se apresentar como seus representantes. Sua proposta supõe, portanto, que tudo depende dos governos, e que a ação efetivamente transformadora passa pela tomada do poder político. Ora, esta questão é bastante discutida no processo do FSM, espaço para a articulação dos povos a partir de suas organizações. Neste aspecto, a iniciativa tomada em Bamako se soma a um dos desafios que vêm de fora do Fórum, isto é, a busca de uma maior presença dos governos nas ações. E Caracas oferecia uma oportunidade impar para ganhar um aliado vigoroso: o presidente Chávez, notório combatente da causa antiimperialista, apresentado por alguns como “o líder de que estávamos precisando”.

Os “intelectuais” dispõem de recursos para apresentar suas análises, mas todos sabemos que não dispõem de toda a verdade. Por isso mesmo, o FSM abre um espaço especial para tornar visível o que nasce da base da sociedade. Mas como, segundo sua Carta de Princípios, todas as atividades nele desenvolvidas têm a mesma importância e prioridade, nem sempre é fácil esperar que as propostas se afirmem porque convencem, e não porque são apresentadas por algum tipo de autoridade.

A preocupação de construir consensos unindo a todos se defronta por sua vez com um dos princípios fundamentais da Carta do

Fórum: o de não ter um documento final único – como exigiria a existência de dirigentes – mas, sim, o máximo possível de “documentos finais”, diversificados quanto aos seus objetivos e níveis de atuação dos que os propõem.

A Assembléia dos Movimentos Sociais em Caracas

Na verdade a dificuldade em aceitar que não se tenha um “documento final” único é também a da Assembléia dos Movimentos Sociais, que coloca ao Fórum o segundo dos desafios que vêm de dentro. E ela procura responder a essa dificuldade



Fotos Rosane Vargas/SintraJufe

propondo que “seu” documento final seja assumido como o do Fórum. Para isso ela quase sempre programa sua reunião conclusiva no dia seguinte ao do término dos Fóruns, como se pudesse assim colher e sistematizar tudo de importante que neles se discutiu e propôs.

Com a ajuda de jornalistas desavisados ou mal intencionados, esta sua mensagem acaba passando. Como ocorreu em Mumbai, na Índia, e agora no Fórum de Caracas: a TV Globo apresentou, para todo o Brasil, como se fosse seu ato de encerramento, “uma prestação de contas do Fórum ao presi-

dente Chávez”, em reunião da Assembléia depois de terminado o Fórum, com um número limitado de convidados, e que era de sua iniciativa e não dos organizadores de Caracas. Por certo, essa interpretação da Globo foi facilitada pelo fato de Chávez falar, nessa reunião, à frente de uma grande faixa com a marca do FSM. Na verdade, esses são pequenos detalhes que contaminam as intenções...

Diferentemente do desafio colocado pelos intelectuais que se apresentam como dirigentes e orientadores dos Fóruns, o decorrente da ação da Assembléia dos Movimentos Sociais vem de baixo, uma alternativa que o Fórum busca reforçar. Nisto ela

Esse desafio é o maior dos quatro aqui indicados. Ele surgiu ainda no Fórum de 2001, onde pela primeira vez os organizadores da Assembléia quiseram passar seu “apelo final” como sendo de todos os participantes do evento, apoiando-se para isso na própria página oficial do FSM³, na internet, associando a valorização da ação da base da sociedade – opção do Fórum – com o sentimento da urgência das mobilizações. Mas em vez de se integrar naturalmente ao processo em curso, ela se mantém no tipo de ação política competitiva, que se considera necessário mudar para construir a necessária unidade.

Como evitar que o efeito final

corresponde a um dos melhores resultados que o Fórum vem propiciando, uma vez que articula um número crescente de organizações da sociedade civil. Dentro dos objetivos do Fórum, o ideal é que muitas articulações como essa nasçam e cresçam com ele. E isto vem ocorrendo, de fato. O problema da Assembléia dos Movimentos Sociais é pretender hegemonizar os Fóruns, para tornar-se a principal das articulações neles nascidas. É como se ela buscasse seqüestrar os Fóruns para a realização dos objetivos dos movimentos que a compõem.

da atuação da Assembléia seja fatal para o Fórum, ao transformá-lo num movimento com ação e direção únicas, afastando todos que não aceitem essa ação e direção? Superar esse desafio exige um diálogo aberto e franco entre os que advogam estas ou aquelas posições. Se o fizermos teremos conseguido dar um passo decisivo rumo à nova cultura política necessária para a construção do “outro mundo possível”. Quem sabe a preparação do Fórum de Quênia nos oferecerá essa ocasião. ■

* Representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz na organização dos Fóruns Sociais Mundiais.

1 Da Carta de Princípios do FSM - 2 Da Carta de Princípios do FSM - 3 Para maiores detalhes sobre esse fato e outras questões tratadas neste artigo, ver, do seu autor, “O Desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver”, publicado em português pelas Edições Perseu Abramo e Loyola, e em espanhol pela Editorial Icaria, de Barcelona.

ESTUDOS Carmem Aparecida Feijó* e Paulo Gonzaga M. de Carvalho**

A rotatividade através das estatísticas do IBGE

A rotatividade da mão-de-obra é um tema pouco estudado na literatura econômica brasileira. Isso se deve, pelo menos em parte, ao desconhecimento do que significa a rotatividade e de como ela é mensurada pelo IBGE, através da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES). Esse texto procura contribuir para esclarecer essas questões.

Como se calcula a rotatividade

Rotatividade é a substituição de trabalhadores pela empresa. Assim, se uma empresa contrata, em abril, 15 empregados e demite cinco supõe-se que cinco dos 15 contratados sejam para substituir os cinco desligados. Os outros 10 são os que representam aumento do emprego. Portanto, nesse caso, cinco trabalhadores foram substituídos. Supondo que a empresa tinha 100 empregados no mês anterior (março), a taxa de rotatividade nesse caso será 5/100, ou seja, 5%. Conseqüentemente, “rodaram” 5% dos trabalhadores da empresa.

Inversamente, se a empresa demite 25 e contrata 10, supõe-se que os 10 contratados foram para substituir 10 dos 25 demitidos. Supondo que a empresa tinha 300 empregados no mês anterior, nesse caso a taxa de rotatividade será 10/300, ou seja, 3,3%.

Note que o numerador é sempre o menor valor entre as admissões e desligamentos, que foi cinco, no primeiro exemplo, é 10 no segundo. Logo a fórmula é numerador: menor valor entre admissões e desligamentos no mês t ; denominador: pessoas ocupadas (PO) no mês $t-1$. Pelo mesmo raciocínio, a taxa de admissões é admissões mês t /PO mês $t-1$

e taxa de desligamentos é desligamentos do mês t /PO do mês $t-1$.

Obviamente, isso é uma simplificação da realidade, pois uma empresa pode demitir 10 operários e contratar cinco secretárias e na prática não haver substituição nenhuma. Mas a suposição é que se 10 são demitidos e cinco contratados, cinco são substituídos. Essa é a hipótese básica da taxa de rotatividade e também sua maior limitação. O mesmo raciocínio vale para setores. Se o setor metalúrgico (que é formado por um conjunto de empresas, algumas que só demitiram, outras que só contrataram e outras que fizeram as duas coisas no mês t) demite 150 e contrata 100 supõe-se que 50 são substituídos.

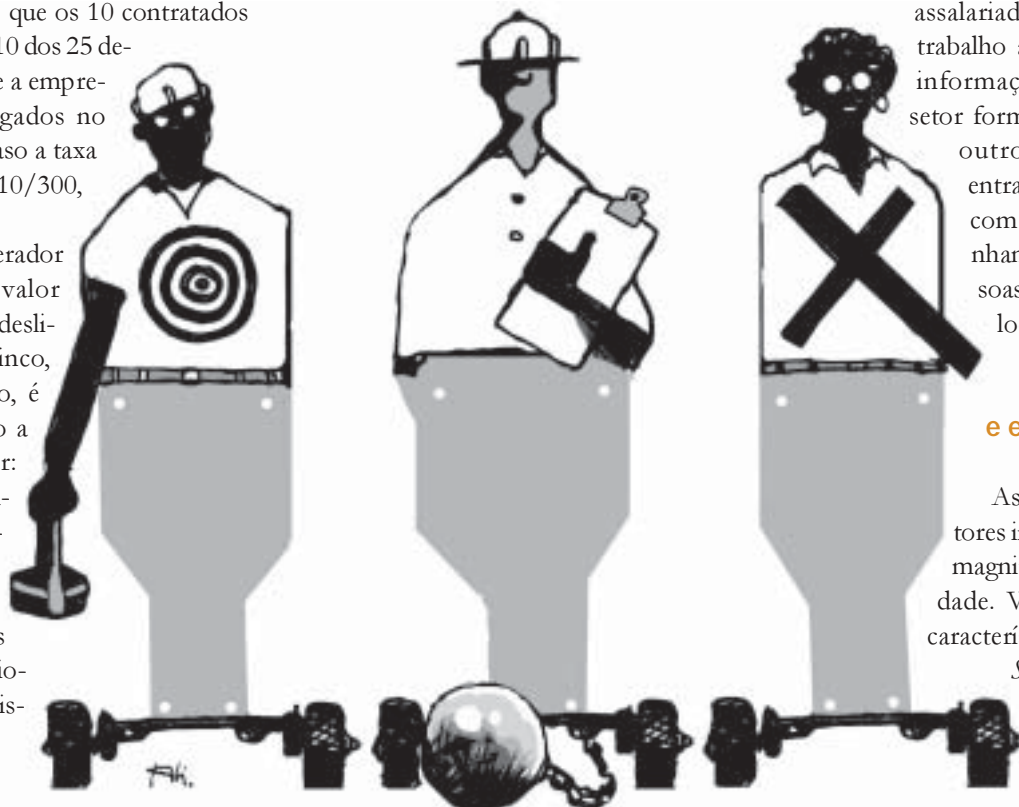
Note também que os desligados são as pessoas assalariadas desligadas da empresa durante o mês de referência da pesquisa (demissão por decisão do empregador, por justa causa, por solicitação do empregado ou por acordo, aposentadoria, morte etc.). Portanto, demissão é um dos tipos de desligamentos, não sendo, portanto, sinônimo de desligamento. O pessoal ocupado é o assalariado, exclui-se qualquer trabalhador por conta própria.

A Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário abarca trabalhadores com ou sem vínculo empregatício, com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou temporário, ligados ou não ao processo produtivo. Portanto, inclui quem trabalha de forma assalariada, mas sem carteira de trabalho assinada. Sem dúvida, a informação está enviesada pró-setor formal da economia, dentre outros motivos porque só entram na pesquisa empresas com CGC/CNPJ e que tenham pelo menos cinco pessoas assalariadas na unidade local produtiva.

Rotatividade e estrutura industrial

As características dos setores industriais influenciam na magnitude da taxa de rotatividade. Vejamos algumas dessas características:

Sazonalidade – Quanto maior a sazonalidade, maior a taxa de rotatividade. Daí os setores



que contratam e demitem muito, durante o ano, devido a questões sazonais. Por exemplo, os segmentos industriais muito dependentes da disponibilidade de sua matéria prima agrícola – folha de fumo, cana-de-açúcar – tendem a ter alta sazonalidade. É, sobretudo, o peso dos segmentos agroindustriais que explica que as taxas de rotatividade das Regiões Sul e, principalmente, Centro-Oeste se situem acima da média nacional (tabela 1).

“Modernidade” do setor – Setores com forte presença de grandes empresas na geração de emprego e com mão-de-obra qualificada tendem a ter baixa rotatividade. Essas empresas têm um mercado interno de trabalho e investem nos trabalhadores, sendo assim, pensam duas vezes antes de demitilos. Inversamente, setores com muitas pequenas empresas e mão-de-obra de baixa qualificação tendem a ter alta rotatividade, pois, esse tipo de empregado é facilmente substituído. A Região Sudeste é a de menores taxas de rotatividade, em grande medida devido à “modernidade” de sua indústria (tabela 1). Esse fator também deve estar influenciando as taxas da Região Nordeste, que têm diminuído nos últimos anos e agora se igualam à média nacional (tabela 1).

correto é comparar a taxa do mês com a taxa de igual mês do ano anterior.

A rotatividade tende a ser pró-cíclica, ou seja, diminui quando a economia ou, mais especificamente, o emprego na indústria decresce, e cresce quando o emprego aumenta. A lógica é simples: se a situação do mercado de trabalho está ruim “quem está dentro não sai e quem está fora não entra”. Nessa situação, o trabalhador só sai da empresa forçado (não há demissões voluntárias) e são raras as contratações. Logo o numerador da taxa de rotatividade, que é o mínimo entre admissões e desligamentos, será determinado pelas admissões, que são muito poucas. Logo, a taxa será baixa.

Inversamente, quando a economia vai bem o fluxo de entrada e saída de trabalhadores é maior, pois há mais contratações e mais desligamentos, principalmente voluntários, de trabalhadores procurando um emprego melhor.

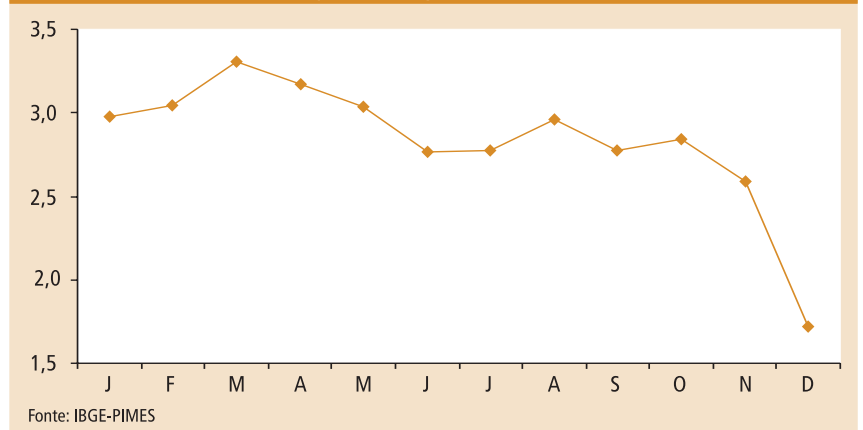
Rotatividade: sua importância e seus pesquisadores

Estudar a evolução da taxa de rotatividade é importante porque nos dá informações relevantes sobre a evolução do mercado de trabalho. Dois exemplos:

a) o emprego industrial estar crescendo é algo positivo, mas o fato do emprego estar crescendo e a taxa de rotatividade, também, mostra que está forte a recuperação no mercado de trabalho. De forma análoga, quando o emprego aumenta e a taxa de desemprego cai, isso mostra um grau elevado de aquecimento do mercado de trabalho;

b) o fato de um setor, ao longo dos anos, estar com declínio na sua taxa de rotatividade é um fator positivo, pois sugere que ele está se modernizando e que está melhorando a qualificação de sua mão-de-obra. Por sinal, o ideal é que a taxa de rotatividade diminua a médio e longo prazo para todos os setores, pois, esse é um indicador de modernização e de maior estabilidade no emprego.

Gráfico 1 - Taxa de Rotatividade da Indústria Geral
Padrão de evolução ao longo do ano - média 2001-2004



Rotatividade é um tema muito pouco estudado e não é por falta de estatísticas, pois temos a PIMES e a Rais. Quase todos (os poucos) trabalhos foram feitos com base na Rais. A seguir são comentados alguns desses autores e seus respectivos trabalhos:

- Gustavo Gonzaga, da PUC-RJ, é um dos poucos pesquisadores que fez estudos especificamente sobre rotatividade. Realizou, inclusive, algumas comparações internacionais que mostram que a taxa brasileira é, frente a outros países, muito elevada. Eduardo Amadeo e José Márcio Camargo, também da PUC, abordaram o tema em estudos mais gerais que fizeram sobre o mercado de trabalho. Por exemplo, ambos consideram que nossa legislação trabalhista estimula a rotatividade, pois o empregado quer sempre ser demitido para sacar o FGTS e o auxílio desemprego.
- Claudio Dedecca (IE-Unicamp) fez um estudo recente sobre o tema para o Observatório do Mercado de Trabalho. Paulo Baltar (IE-Unicamp) abordou o tema em estudos mais gerais sobre o mercado de trabalho. Neles, mostra que a elevada taxa de rotatividade reflete a também elevada flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro (e ele está se referindo ao mercado formal) e que a taxa da indústria é uma das mais baixas da economia, ficando atrás, em ordem crescente, da de serviços, comércio e construção civil (a mais elevada). A mais baixa é a de serviços de utilidade pública (a Rais não tem uma cobertura boa para a agricultura que, portanto, ficou de fora dessa comparação). ■

* Professora da pós-graduação em economia da UFF

**Professor da pós-graduação da Ence-IBGE e da graduação da Unesa-RJ

Tabela 1- Indústria geral,
taxa de rotatividade-média mensal:
Brasil e Regiões – 2001/2004

	2001	2002	2003	2004	Média 2001-04
Nordeste	3,1	2,9	2,7	2,4	2,8
Sudeste	2,5	2,3	2,6	2,2	2,4
Sul	3,2	3,1	3,1	3,3	3,2
Norte e Centro-Oeste	4	3,8	3,8	3,8	3,8
Brasil	2,9	2,8	2,9	2,7	2,8

Fonte: IBGE- PIMES

Rotatividade, conjuntura e ciclo

É importante também levar em conta a sazonalidade na análise da evolução mensal da taxa de rotatividade. O motivo é que a taxa tende a ser baixa no final do ano e alta no início do ano, seguindo a lógica da produção industrial. No final do ano, a indústria trabalha a plena carga, logo, contrata muito e demite pouco. Portanto, a rotatividade é baixa (nesse caso o numerador da taxa é o número de desligamentos). No início do ano, é o inverso e a taxa é alta (gráfico 1). Assim, da mesma forma como a taxa de desemprego, não se pode comparar a taxa de um mês com a de outro e afirmar que houve aumento ou diminuição. O

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Rio gasta o mínimo com educação e investimento em 2006 é reduzido

O texto a seguir é uma prévia de um estudo mais detalhado em curso, que passaremos a publicar a partir da edição de abril, com todos os programas de trabalho relativos ao Quadro Demonstrativo citado a seguir já catalogados, inclusive, com os dados da sua execução para 2006 e os referentes ao exercício do ano passado.

Analisamos a evolução do Quadro Demonstrativo da Aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, onde se verifica o cumprimento constitucional (art. 212), que assegura a aplicação mínima de 25% das receitas oriundas de impostos. Tal escolha foi feita também para se evitar que gastos não considerados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como merenda escolar e pagamentos dos inativos, fossem computados.

Cruzamos os dados estritamente orçamentários com informações referentes ao número de matrícula, numa tentativa de aferirmos a validade do gasto público em termos efetivos. Os dados analisados foram buscados na Prestação de Contas de 2004 e pelas propostas orçamentárias para 2005 e 2006.

A composição da receita que serve de base para a determinação constitucional pode ser dividida nos grupos de acordo com a tabela 1.

Destacamos que a expectativa para os exercícios de 2005 e 2006 é de crescimento da participação dos impostos municipais na aplicação em ensino, ao contrário das transferências estaduais e do Fundef. Caso tal expectativa se confirme, registraremos um esforço maior do governo municipal em destinar recursos para o Ensino. Igualmente relevante é o maior peso desta despesa para 2006.

Já a distribuição da despesa ficou como na tabela 2.

Observamos que, a despeito do esforço municipal, o percentual aplicado (e a aplicar) beira o mínimo exigido. Desta forma, fica difícil a reversão da baixa qualificação do ensino. Por outro lado o baixo patamar do previsto em investimentos é um dado preocupante pela

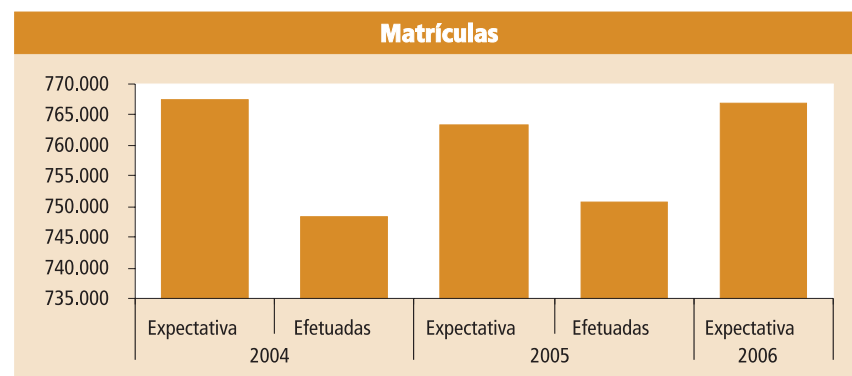
demanda crescente por vagas em escolas municipais. O gráfico abaixo demonstra a expectativa do nº de matrículas e as efetuadas.

Embora a expectativa de matrículas seja sempre superior às efetuadas a tendência é de crescimento. De positivo é o também crescente gasto médio por matrícula: em 2004, R\$ 1.614,01; em 2005, R\$ 1.896,97 e em 2006, R\$ 1.997,25.

Enfim, é público e notório que a educação de qualidade e massificada é o caminho para o desenvolvimento e o ensino básico, de responsabilidade municipal, tem o papel primordial. No Rio de Janeiro, pelos números apresentados, nota-se o esforço nesta direção, entretanto, está muito aquém do necessário. ■

	2004	%	2005	%	2006	%
Impostos municipais	2.626.711.336	54,42	3.045.571.443	55,40	3.421.556.533	56,13
Transferências estaduais	1.260.301.533	26,11	1.406.047.556	25,58	1.553.577.379	25,49
Transferências federais	294.794.618	6,11	333.608.321	6,07	369.707.300	6,07
Fundef	644.698.019	13,36	712.097.154	12,95	750.618.942	12,31
Soma	4.826.505.506	100,00	5.497.324.474	100,00	6.095.460.154	100,00

	2004	2005	2006
Pessoal	964.879.085	1.079.116.392	1.244.783.832
Outras Despesas Correntes	202.163.300	275.279.485	262.542.279
Investimentos	40.899.634	69.463.270	24.621.523
Soma	1.207.942.018	1.423.859.147	1.531.947.634
Participação no Orçamento Total	16,12%	15,83%	17,32%
Receita de Impostos/Aplicação em Ensino (mínimo de 25%)	25,03%	25,90%	25,13%



As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão: Economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogger.com.br

Inscrição remida é reaberta

O Plenário do Corecon-RJ suspendeu a concessão da Inscrição Remida, em 18 de fevereiro de 2004, considerando a possibilidade de renúncia fiscal indevida apontada em reunião de presidentes do sistema Co-fecon/Corecons, no dia 13 daquele mesmo mês e ano.

A suspensão, contudo, foi cancelada na reunião plenária realizada em 29 de novembro de 2005.

Comunicamos, então, aos economistas, que se encaixarem nas condições previstas na Resolução 1.651/98, que podem voltar a solicitar a sua Inscrição Remida na sede do Co.R.Econ-RJ, por

correio ou procurador devidamente nomeado, na Secretaria de Registro do Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109/19º andar – Centro/RJ. Os pedidos podem ser feitos também pelo correio eletrônico – registro@corecon-rj.org.br – ou, ainda, através dos telefones (21) 2103-0113 ou 2103-0115.

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ PARA 2005

Publicamos a seguir uma relação dos cursos que vêm se desenvolvendo e outros que estão para se iniciar proximamente.

REGIMES MONETÁRIOS: EXPERIÊNCIA DO REAL

De 7 a 16 de março - terças e quintas-feiras - de 18h45 às 21h30

Professor André de Melo Modenesi

AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA, ECONOMIA E CINEMA

De 20 a 31 de março, segunda, terça, quinta e sextas-feira, de 18h às 22h

Professores: Lérica Povoleri, Tunico Amâncio, Marcelo Badaró e outros.

CURSO DE FILOSOFIA - NIETZSCHE E A NOVA ERA TRÁGICA: PARA ALÉM DA MODERNIDADE E DO ESGOTAMENTO DAS UTOPIAS

De 8 março a 10 de maio - às quartas-feiras - de 18h45 às 21h30

Professores: Miguel Angel Barrenechea e Luiz Celso Pinho

MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA

De 3 de abril a 12 junho - às segundas-feiras - de 18h45 às 21h30 - 30 horas-aula.

Professor Carlos Maxmiliano

ARGENTINA: QUESTÕES SOBRE ONTEM E HOJE

Dias 6, 7 e 13 de abril de 2005

Professor Andres Ferrari Haneis

CURSO DE ESTATÍSTICA - INDICADORES ECONÔMICOS CONJUNTURAIS: TEORIA E PRÁTICA

De 20 de abril a 8 de junho, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Curso de 24 horas-aula.

Professores: Carmen Feijó, Elvio Valente - Márcio S. Araujo - Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

De 28 de abril a 23 de junho, às sextas-feiras. Curso de 24 horas-aula.

Professor Carlos Eduardo da Rosa Martins

ECONOMIA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO PÓS-REAL E CONTROVÉRSIAS ATUAIS

De 17 de maio a 19 de julho às quartas-feiras - de 18h45 às 21h30. Curso de 30 horas-aula.

Professor Carlos Augusto Vidotto

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: GRANDES PENSADORES

De 22 de junho a 24 de agosto - de 18h45 às 21h30 - às quintas-feiras - Curso de 24 horas-aula.

Professor André Augusto

CURSO ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Dias 17, 18, 24, 25 e 26 de julho - de 18h45 às 21h30 - Curso de 15 horas-aula. *Professor Eduardo de Sá Fortes*

Mais informações na página www.economistas.org.br